

APRESENTAÇÃO

Esta edição da Revista da AGU, que temos a satisfação de apresentar aos leitores, é fruto de um trabalho coletivo de acadêmicos, agentes públicos e privados sobre temas atuais e de particular relevância ao desenvolvimento da infraestrutura de transporte no Brasil. Nesta primeira parte, foram selecionados textos afetos aos setores aéreo e portuário, sendo que os textos relacionados ao setor de transporte terrestre serão disponibilizados em uma edição específica.

O projeto teve origem nas reflexões realizadas ao longo dos últimos anos na Consultoria Jurídica do Ministério da Infraestrutura, juntamente com as unidades jurídicas da AGU, nas Agências Reguladoras vinculadas ao Ministério, e com as equipes técnicas dos mencionados órgãos e entidades.

O ambiente plural presente nesses debates abriu novos horizontes e possibilidades de imersão em temas que passaram a ser analisados sob múltiplas perspectivas, fundadas no compartilhamento de experiências e reflexões entre os diferentes atores, convergindo, inclusive, para a superação de vários gargalos existentes na infraestrutura de transportes do país. Assim, um dos êxitos do projeto foi sua abordagem interdisciplinar, presente não apenas na conjugação dos temas selecionados, como também em seu método de análise.

Deve-se somar a esta experiência a importante participação da iniciativa privada, em razão das parcerias realizadas com o governo federal, que se tornaram cada vez mais presentes a partir da expansão do programa de concessão de infraestrutura federal, no qual a mútua cooperação entre os atores é parte essencial ao seu sucesso.

Dentre as finalidades desta coletânea, destaca-se a busca pela ampliação do debate sobre os marcos regulatórios de transportes no Brasil em um momento de grande transformação. A realização de um extenso programa de concessões no setor de infraestrutura de transportes tem exigido reflexões e reformas não apenas em relação aos aspectos técnicos e de gestão dos ativos, mas particularmente no tocante aos marcos legais e regulatórios em vigor.

Pretende-se, ainda, compreender os aspectos jurídicos envolvidos nas discussões, sob os prismas teórico, prático e, sobretudo, a partir da evolução necessária que se persegue no âmbito do direito e de outras

matérias que circundam os setores de infraestrutura, de uma forma fundamentada e contextualizada.

Por fim, o projeto procurou também ampliar o debate na esfera internacional, a fim de dar maior visibilidade a agentes relevantes na regulação setorial, muitas vezes não tão conhecidos na sociedade, como os organismos internacionais, a exemplo da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), que buscam permanentemente definir parâmetros mínimos que garantam uniformidade no tratamento regulatório em diferentes jurisdições internacionais, viabilizando mais segurança jurídica, operacional e agilidade no transporte de pessoas e cargas.

Com essas breves palavras, registramos nosso profundo agradecimento à Escola da Advocacia-Geral da União e a toda sua equipe, na pessoa do Diretor Danilo Barbosa de Sant’Anna, pela oportunidade conferida à publicação desta coletânea. Merecem nossos agradecimentos especiais os colegas Henrique Fulgêncio, Allan Tavares e Stella Arruda Mota, pelo apoio, profissionalismo e gentileza sempre presentes ao longo de toda a trajetória deste trabalho. Também de forma especial, um agradecimento à equipe da Consultoria Jurídica do Ministério da Infraestrutura, pelo empenho, dedicação e competência no assessoramento jurídico de políticas públicas tão relevantes à sociedade, possibilitando reflexões como as presentes nesta coletânea e conferindo a segurança jurídica necessária a sua concretização.

Agradecemos, por fim, aos autores, pela disponibilização de seu precioso tempo e esforço na elaboração dos artigos, aos revisores, pelo esmero em suas participações, e aos leitores, que são o grande propósito deste projeto. Esperamos que apreciem a leitura.

Mauro César Santiago Chaves
Procurador Federal
Coordenador de Aviação Civil na Consultoria Jurídica
do Ministério da Infraestrutura

Natália Resende Andrade Ávila
Procuradora Federal
Consultora Jurídica do Ministério da Infraestrutura